

Ler as bibliotecas públicas portuguesas e os leitores adolescentes da Internet: contributos informados pelas Ciências Sociais e pelas Humanidades para o seu conhecimento e compreensão

Paula Sequeiros

Professora e Investigadora

Editora para Portugal do repositório aberto E-LIS

E-mail: psequeiros@gmail.com

RESUMO

Nos anos mais recentes os saberes e as experiências associados tanto às Tecnologias da Informação como à Gestão têm permeado a formação e as práticas dos profissionais de bibliotecas. Contudo, os contributos das Ciências Sociais e das Humanidades não se têm feito aí sentir com a mesma acuidade. O que tem contribuído, no meu entender, para dificuldades de compreensão e de intervenção junto dos leitores e dos poderes institucionais e, sobretudo, para o empobrecimento da discussão do delineamento de políticas bibliotecárias. Foco em particular as leituras de adolescentes pelo peso desta faixa etária nas bibliotecas portuguesas e pelo uso intensivo que fazem da Internet. Tendo a importância dum serviço público de leitura como pano de fundo, pretendo contribuir com uma revisão de literatura, fundamentada pelas Ciências Sociais e as Humanidades, que entendo ser profícua na construção do que são as novas leituras, do que são e do que podem ser as bibliotecas públicas e os seus leitores.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências Sociais, Humanidades, utilizadores adolescentes, bibliotecas públicas; políticas bibliotecárias, Internet

A JEITO DE INTRODUÇÃO

Lembro-me de em criança ler por puro prazer. Leitura e gozo foram durante muito tempo uma só coisa. Duplo privilégio portanto. Talvez por isso imaginasse as bibliotecas públicas como lugares *naturalmente* vocacionadas para o lazer, para o gozo das leituras, o que, nesse meu passado, acabei por descobrir que não eram. Noto hoje com agrado que há bibliotecas que o passaram a ser, pelo que se induz, mesmo com uma observação superficial, das posturas dos seus leitores e leitoras. Talvez também por isso nos meus interesses de investigação mantenha presente a dimensão prazer no estar a ler.

A Internet, como se faz sentir nas bibliotecas públicas, em particular nos e pelos usos adolescentes, associados às alterações dos modos de vida actuais, estão nesse centro de interesses. De perguntas partindo para leituras, e destas para novas perguntas, partindo ainda do confronto entre realidades percebidas e alguma teoria produzida recentemente pelas Ciências Sociais e pelas

Humanidades, cheguei à necessidade de partilhar preocupações e interrogações. E com elas, partilhar também as revisões de literatura feitas sobre tópicos que me parecem de interessante aplicação na nossa área de saber e intervenção. A actualização da nossa leitura, entendida como olhar e apreciação crítica, das bibliotecas, das leitoras e dos leitores, tendo em conta as alterações associadas à introdução da Internet nesses espaços é um contributo fundamental para a vitalidade e contemporaneidade dessas instituições.

Ordenarei esta revisão em torno de três tópicos principais.

USOS DA INTERNET NAS BIBLIOTECAS

Bibliotecas Públicas e Internet: ir à Net para quê?

Internet, Lazer e Sociabilidade

O discurso profissional e institucional não me parece reflectir a realidade do uso das bibliotecas como locais de lazer e de sociabilidade de forma clara e assumida. Como Bob Usherwood fez notar (apud [1]), esses usos não são habitualmente enunciados de forma programática, sendo por vezes tolerados raramente assumidos ou defendidos (veja-se também [2; 3; 4]). Emma Hayes e Anne Morris abordam o papel do lazer em dois artigos que publicaram em 2005 [1; 5], o segundo referindo um estudo de utilizadores. Citam e concordam com Bryson, Usherwood e Proctor [1], em como esse papel não só não diminuiu como está a crescer face aos novos estilos de vida dos leitores, tendencialmente mais centrados em casa e na fruição individual dos meios, e face às alterações associadas às novas tecnologias.

Em investigação empírica desenvolvida na Biblioteca de Santa Maria da Feira [6], sobre os usos adolescentes da Internet para ocupação de tempos livres, tive oportunidade de analisar e concluir o seguinte: as finalidades declaradas como mais frequentes eram a elaboração de trabalhos escolares, seguidos de perto pelos do correio electrónico e chat (com amigos e família, por essa ordem) depois pelas notícias, sendo a diversão nomeada por poucos. Os sítios considerados mais importantes foram os motores de pesquisa e os de correio. Sinalizou-se a ausência de aprendizagem formal destas ferramentas para a quase totalidade dos entrevistados,

na escola ou fora dela, assim como o facto de um terço se ter iniciado na Net na própria biblioteca. Isto apesar da maioria ter acesso noutros locais, casa ou escola. As motivações para o uso na Biblioteca foram explicadas pelos próprios e ordenadas da seguinte forma: em primeiro lugar pelo bom ambiente e tranquilidade, disponibilidade de vários computadores e proximidade de casa ou da escola; em segundo lugar pela coexistência de outros recursos, pela gratuitidade, pelo apoio do pessoal e por estarem com amigos, ou simplesmente acompanhados, não sozinhos em casa; em terceiro porque, ali «se estava bem», a conviver com amigos e outras pessoas e haver computadores disponíveis. Curiosamente a grande maioria navegava habitualmente acompanhado por amigos, e a maioria também fazia um uso delegado da Net, procurando informação para terceiros. Quanto às finalidades afirmaram maioritariamente usar pouco a Net para actividades de lazer, com um uso predominantemente escolar. Situações de lazer acabaram por ser referidas, menos como um fim em si, muito na impossibilidade afirmada por alguns em dissociar prazer e bem-estar das buscas para estudo; que para si através da Internet proporcionavam mais rapidez, atracção, diversidade e liberdade de escolha de conteúdos.

Para além do efeito de extensão do referido uso delegado, quase todos os que usavam a Net eram leitores cumulativos, ou seja usavam também outros recursos documentais.

Quanto à importância social do acesso à Net a partir de uma Biblioteca Pública o aspecto referido com mais frequência foi a gratuitidade e em seguida a importância de estar familiarizado com o uso das novas tecnologias. Como socialmente importantes destacaram com alta valoração a possibilidade de conhecer na biblioteca outras pessoas e outras culturas. Destacados foram também como motivadores do uso da Internet aí o entretenimento, o passar bem o tempo, a disponibilidade de postos de consulta sem restrições – por oposição ao que sucedia nas escolas – a utilidade enquanto fonte de aprendizagem e a oportunidade para ganhar competências para um futuro mundo do trabalho.

Uma breve nota sobre a pornografia: a quase totalidade fez questão de afirmar não a usar «para entrar assim... em Sítios esquisitos», nas palavras duma entrevistada. O pessoal da biblioteca confirmou que, não tendo filtros instalados, o acesso a pornografia não era habitual entre jovens, sabiam-no pelo acompanhamento pessoal dado nos postos de consulta. Com uma chamada de atenção e a eventualidade de perderem o acesso, reincidindo, tinham resolvido até aí os ocasionais conflitos.

Note-se que a negatividade do discurso de senso comum sobre o lazer, que o figura como tempo não útil, desocupado, sem finalidade, não perpassa só um certo discurso profissional como por vezes se espelha no discurso dos próprios leitores. Segundo Anne-Sophie Chazaud-Tissot, em estudo feito sobre os usos da Internet na BPI [7] era essa a razão que os levava a não admitir um uso da Net para lazer nas instalações da biblioteca pública. Situação certamente agravada, acrescentaria na minha análise, pela referência da autora aos constrangimentos declarados pelos leitores tanto pela

competição por postos de pesquisa, considerados insuficientes, como pela breve temporização dos tempos de utilização.

Em suma, navegação não solitária, navegação delegada, como traços duma convivialidade física muito valorizada na adolescência que se adiciona à convivialidade à distância, como traço da comunicação electrónica, aparecem aqui relevadas. Lazer ocupando tempo livre e permeando o próprio tempo de estudo associado à Internet, sinalizados também nestes casos.

Segundo Ana Mocuixe Moura [8] na biblioteca de Leiria, um grupo de leitores predominantemente jovens atribuíram ao uso da Internet as finalidades: escolares (49,3), interesse/curiosidade (53,6%), convívio e lazer (27,4 %) profissionais (28%), cultura geral (27,1%). No caso de Oeiras em circunstâncias idênticas, Paulo Ferreira, Ricardo Mendes e Inês Pereira [9] concluíram que as finalidades eram: escolares (57%); interesse/curiosidade (51,3%); profissionais (31,6%). Note-se que comparando preferências de uso casa/biblioteca, para os leitores de Leiria o uso da Internet, sendo sobretudo doméstico, tinha aí peso muito significativo apesar de sinalizarem a falta de equipamento para esse fim. Para Oeiras os autores fizeram questão de comentar: «o acesso aos livros nos espaços bibliotecários esteve tão burocratizado como está hoje o acesso às novas tecnologias» [8, p. 71].

Se se tentar perceber como os adolescentes usam a Rede noutros espaços da sua vida quotidiana, encontramos diversa literatura sobre o seu papel positivo na formação e reforço de relação com amigos e conhecidos, da qual destaco os trabalhos de Gustavo S. Mesch e Ilan Talmud [10; 11; 12], de Janis Wolak, Kimberley J. Mitchell e David Finkelhor [13; 14] e de Guadalupe Victorica et. al. [15]. Segundo o Pew Internet & American Life Project [16], 48% dos adolescentes entrevistados, entre os 12 e os 17, disseram que o uso da Internet melhorou a sua relação com amigos e 32% que os tinha ajudado a fazer outros novos. Quanto aos pais concluiu-se que quanto menos experiência tinham da Internet mais se preocupavam com os seus efeitos, sendo que tanto pais e mães como filhos que vão à Net diariamente afirmaram que sentiram uma melhoria na forma como passavam tempo uns com os outros. Em geral a maioria afirmou que não afectou muito as relações na família; alguns que ajudou a resolver questões do âmbito familiar. Também Jonathan Gershuny concluiu, para o Reino Unido, que o uso da Internet não está negativamente associado à sociabilidade [17]. Nas palavras do estudo realizado na Catalunha por Manuel Castells et. al. [18], «o uso da Internet não diminui a sociabilidade, pelo contrário. Em concordância com dados de outros países, os utilizadores da Internet têm mais amigos e mais actividade social que os não utilizadores. A grande maioria dos utilizadores não experimentam nenhuma mudança significativa na sua vida social depois de começar a usar a Internet. Considerando a minoria daqueles que na amostra se sentem deprimidos ou socialmente isolados no último ano, os utilizadores da Internet experimentam menos esses sentimentos que os não utilizadores». Outros autores, como Mark Griffiths

[19], têm estudado o tipo de relações criadas na Internet, concluindo que podem ser tanto de laços fracos – com conhecidos – como podem ser mais fortes – de amizade – por vezes dando as primeiras lugar às segundas e a encontros face a face.

A negatividade do discurso de senso comum sobre o efeito perverso e viciante da Internet, de fechamento e alienação, generalizante estigmatizante, foi analisada por Ana Maria Niccolaci-da-Costa, que realça como por vezes ele é interiorizado por quem usa a Net de forma intensiva [20; 21].

Assim concluo que o papel das bibliotecas na sociabilidade e bem-estar dos adolescentes pode ser expandido através do uso das ferramentas de comunicação ou *de relação*, na designação de Adriana Gil [18], não sendo este um aspecto menor no desenho de serviços para esta faixa etária em particular.

Internet, Comunicação e Informação Instrumental

Incluo alguma revisão de literatura que, não tendo os adolescentes como objecto específico, e porque investigação com essas características não foi localizada, interessa, creio, ser analisada para suscitar questões específicas para esse grupo etário.

Num dos raros estudos de que tenho conhecimento sobre usos da Internet no espaço das bibliotecas públicas com base em dados empíricos, Ann Curry, 2000 [22], baseando-se numa análise de ficheiros de transacções numa biblioteca pública canadiana concluiu que esses usos internos, orientados por grande diversidade de motivações, estavam a complementar os outros usos habituais na biblioteca. Na minha leitura, mais de 40% dos acessos destinavam-se a actividades comunicacionais (correio e chat) e 45,5 dos acessos concretizados foram-no a Sítios distribuídos pelos seguintes temas (quadro reelaborado com base no original da autora):

Actividades de comunicação	44,0	
chat	3,0	
eMail	41,0	
Navegação por temas	45,5%, dos quais:	
Finanças pessoais / Investimento		14,1
Produtos e serviços (veículos, imobiliário, valores mobiliários, postais de felicitações)		12,2
Actividades recreativas (jogos, hobbies, desporto, viagens e lugares, meteorologia)		12,0
Arte e cultura popular popular (inclui música, entretenimento, TV/Filmes)		10,5
Empregos		9,1
Sexo - Hard e soft core		2,8

Curry, reportando-se a estudo anterior, sublinha as modificações registadas num ano: muito mais acessos a Sítios orientados para notícias e aos de comunidades Web2; maior diversidade de línguas dos Sítios acedidos

e mais Sítios com alojamento fora da América do Norte. A taxa de uso de correio electrónico, o serviço mais utilizado, permaneceu relativamente constante.

O uso intensivo do correio electrónico é também realçado por Alan Boughey [23] a propósito da experiência com a People's Network em bibliotecas do Reino Unido, realçando a existência de expectativa por parte dos utilizadores em contar com o apoio do pessoal na aprendizagem dessa ferramenta. Na mesma linha vão as conclusões do estudo de Gary Hardy e Graeme Johanson [24] para bibliotecas australianas. Além de actividades predominantemente dedicadas ao correio electrónico, destacaram-se, por ordem decrescente, a banca electrónica, pesquisas para fins académicos, busca de emprego, perseguição de interesses e passatempos pessoais e as notícias. E também aqui a principal finalidade do correio era o contacto com família e amigos.

Mesmo tendo em conta as particularidades culturais destes casos concretos, pode-se concluir que uma grande parte da utilização dos Sítios Internet não corresponde ao que se entendia serem as práticas tradicionais em bibliotecas, mas resultou das potencialidades, ou *propiciações* do uso das novas ferramentas tecnológicas disponíveis no seu seio (WebMail, Sítios de chat, motores de pesquisa). Voltando às práticas adolescentes note-se que a intensividade das actividades comunicacionais em bibliotecas referida na anterior investigação [6] encontra um paralelo na intensividade dessas mesmas actividades na Internet por parte de adolescentes noutros espaços, como a casa ou a escola [16; 18]. Quanto às actividades de informação parecem revelar uma tendência para pesquisas e acessos mais auto-dirigidos, para áreas habitualmente pouco cobertas por documentos fisicamente localizados em bibliotecas, naquilo que se pode interpretar como uma tendência para uma maior autonomia na escolha das fontes de leitura propiciada pela Internet. De notar que boa parte da busca de informação tem aqui um claro carácter instrumental (finanças, compras, viagens, habitação, emprego) e outra poderá ser encarada como de simples lazer, o que parece apontar para um distanciamento dos padrões de leitura tradicional em bibliotecas públicas.

De Internet para *fazer o quê* passemos a *o que podem* os adolescentes fazer com a Internet na biblioteca.

Bibliotecas públicas e Internet: ética e permissão nos usos adolescentes da Net

Perante uma diversidade de práticas, mais do que de políticas, de controle do uso da Internet em espaços de bibliotecas em termos do que é permitido ou não ler nos ecrãs, parece-me urgente e relevante debater os aspectos éticos da restrição de acesso a determinados conteúdos, de par com o compromisso igualmente de ética profissional em defender a liberdade de acesso à informação [25].

É certo que nas bibliotecas sempre se fez alguma forma de filtragem de conteúdos, desde as questões de gosto, socialmente conformado segundo Pierre Bourdieu [26], de quem propõe e adquire, até casos de clara censura.

Até há pouco essas primeiras formas estavam embebidas nos processos de aquisição e por isso mesmo mais encobertas, pouco expostas publicamente; as segundas serão menos frequentes no nosso país, e naturalmente não assumidas. Com a disponibilização da Internet em espaços abertos, de acesso público, algumas bibliotecas em Portugal optaram por práticas de controle mas não de regulamentação, outras por contratualizar esse uso com os leitores, outras ainda por regulamentar explicitamente o que entendem ser usos não permitidos. Seria da maior conveniência, em nome da transparência de princípios éticos exigíveis aos profissionais e dos requeridos aos leitores nas suas práticas, e tendo sempre em conta o quadro legal existente, que esta questão fosse debatida de forma alargada entre os profissionais com intervenção das suas associações. Para tanto espero também contribuir com as notas que se seguem.

Uma primeira consideração prévia: é necessário descodificar uso impróprio, ofensivo, no contexto destes documentos como quase sempre e apenas significando acesso a pornografia, o que quer que se entenda pelo termo, como também faz notar Louise Cooke [27]. O estudo de Curry, limita-se a quantificar esse uso, o de Jonathan Willson e Tony Oulton [28] refere precisamente o receio de que houvesse acesso de crianças à pornografia por parte das autoridades locais no Reino Unido, sem contudo o desmontar, tal como Gale Eaton et. al. para o caso de Rhode Island, EUA [29]. Muito raramente se referem outros usos eventualmente impróprios como os conotados com sexismo, racismo e xenofobia, violência e abuso sobre pessoas. Casos reportados em bibliotecas norte-americanas, comuns a crer na abundância de notícias daí providas, são relatados como reacção a objecções de determinados grupos de pressão ou de tutelas locais. Num momento histórico em que tantos problemas humanos se nos colocam e que, como bibliotecários, indexaríamos prontamente de muitas formas, mas raramente sob o termo pornografia, entendo ser este um estranho enviesamento do olhar.

Uma segunda consideração para o facto de os filtros ocultarem aspectos polémicos: o da incorporação de padrões morais na parametrização por defeito ou local do software, com uma opacidade naturalizada ou legitimada tecnologicamente, padrões que deveriam ser expostos à crítica e à ética profissional de quem os adquire e os administra, por um lado; por outro o de estarem os filtros não só a decidir pelos leitores como a obstar, nessa mediação, ao confronto destes com a fundamentação de regras que deveria ser assumida e divulgada. Com uma apurada revisão bibliográfica, Cooke analisa o seguinte: para além da liberdade de expressão e da recepção dessa expressão, a liberdade intelectual passa também pela abertura a visões outras que não a nossa, no que as bibliotecas têm um importante papel formativo. Refere que nos Estados Unidos os filtros são mais frequentes em bibliotecas escolares do que públicas, por estas não quererem actuar *in loco parentis*; advogando a American Library Association a sua não utilização acriteriosa, lembrando que o direito ao acesso à expressão é de carácter fundamental tanto a nível legal como da ética profissional. Segundo Svava H. Friogeirsdottir [cit. em 30]

conhecer os conteúdos procurados por adolescentes e evitar informação que eventualmente lesiva pode ajudar pais, directores de escolas e bibliotecários. Contudo os filtros não ajudam os adolescentes a assumir responsabilidade em ordem à adultez nem a «fazer juízos críticos independentes, a dizer ‘não’ a avanços sexuais não de-sejados, a viver vicariamente através de histórias em vez de viver perigosamente através da experiência pró-pria». Cooke argumenta ainda que as bibliotecas devem, alternativamente, encaminhar os recursos alocáveis a filtros para a formação de leitores e a redacção de directrizes de uso. Aspecto em que recomenda as sugestões de Paul Sturges [31]. Para para uma mais detalhada fundamentação da sua abordagem ver [32] assim como as orientações do Conselho da Europa aí referidas e que actualizo em [33].

Uma terceira consideração em torno da generalizada desadequação desses filtros: por ineficazes em termos práticos por serem falíveis, mesmo dum ponto de vista de superioridade moral ou paternalista, e por contraproducentes do ponto de vista da ética profissional ao bloquear informação que doutra forma poderá não estar acessível aos adolescentes, desadequação que é relevada frequentemente na literatura [34; 35].

Vale a pena abrir aqui um parêntesis nesta leitura para atender à precisa observação de George P. Landow quando lembra que também o livro é tecnologia, naturalizada é certo pela tradição. E como sabemos tão atacada e demonizada no passado e ainda em algumas situações presentes. Particularmente crítica parece-me a sua chamada de atenção para o facto de que não só qualquer tecnologia é indissociável da sociedade como que se tende a ver como tecnologia «apenas a tecnologia de que se tem medo» [36, p. 46].

Neste ponto entendo útil passar ao questionamento do que é a *tecnologia* Internet.

INTERNET COMO TECNOLOGIA DIFERENCIADAMENTE APROPRIADA

Parece-me importante e de actualidade a investigação de mudanças de práticas nas bibliotecas públicas em torno da Internet, uma tecnologia com aplicações em bibliotecas recentes e ainda pouco estudadas e que terão nos adolescentes grandes utilizadores.

Uma tecnologia pode ser apropriada para usos não previstos nem desejados, podendo propiciar mudanças de práticas, de representações, de relações sociais nos espaços onde se aplica. Este é um dos aspectos centrais da filosofia da tecnologia de Andrew Feenberg [37]. Interpreta a tecnologia como esfera de construção social, na senda de Bijker, Hughes e Pinch [38], como produção historicamente situada e como terreno de tensão simbólica. O construtivismo social da tecnologia, em particular a teoria destes autores, e a teoria do poder de Michel de Certeau [39] são componentes básicos na sua filosofia. Na qual me deterei de seguida, com algum detalhe, dada a sua escassa divulgação na nossa área profissional.

Feenberg contrapõe-se ao essencialismo considerando

que não existe uma tecnologia *em si*, mas que existe apenas no contexto de um qualquer tipo de aplicação [37, p. 45]. A partir desta base teórica, a tecnologia é entendida como contendo um *código técnico* embebido. Uma regra que ao mesmo tempo classifica actividades como permitidas ou proibidas e as associa a um significado ou finalidade determinados que por sua vez explicam essa classificação [37, p. 76]. Assim a tecnologia não é neutra, não se podendo dissociar meios de fins. Os códigos técnicos demarcam e orientam as práticas e relações subsequentes, ou seja, na abordagem de Feenberg a tecnologia é usada não só para *produzir* como para *reproduzir* através dos valores nela embebidos e associados a formas de hegemonia social. Tal ambivalência produção/reprodução explica, por outro lado, que a tecnologia se tenha tornado um campo de resistência e reivindicação democrática. Isto pelo desvelamento da possibilidade de que diferentes valores lhe possam ser associados de acordo com os fins da aplicação tecnológica: os códigos técnicos, ao invés de estarem deterministicamente formulados, estão antes *suspensos entre diferentes possibilidades* [37, p. 35]. Esta visão não determinista da tecnologia, a sua contextualização histórica e social, a análise das relações de poder são traços fundamentais, portanto, para a compreensão das aplicações.

Racionalização democrática é a expressão cunhada pelo autor para exprimir a reflexão e a acção conducentes a alterar as condições da mudança tecnológica, que deve associar ao processo de desenho técnico normas estéticas e éticas assim como traços de identidades nacionais para que novos processos de desenvolvimento tecnológico sejam orientados de forma democrática.

Fundamentando-se na teoria do poder aplicada à vida quotidiana de Michel de Certeau [37, p. 16], sublinha a bidimensionalidade da tecnologia onde se reflectem estratégias de gestores e administradores do estado, com base institucional de poder, e tácticas dos que, estando-lhe submetidos, por vezes o contornam e desenvolvem resistência a nível micropolítico.

Acção e reflexão orientadas para a realização das capacidades de livre expressão e de criatividade humanas devem ser situadas historicamente; através do conceito de *interesses dos participantes*, Feenberg explica como os actores historicamente situados e inseridos em redes técnicas, se podem dar conta de que determinadas pretensões suas, determinadas potencialidades, não são realizadas ou são ameaçadas. Se a noção de código técnico desvela a possibilidade de diferentes soluções para problemas técnicos, as opções técnicas revelam os interesses de grupos sociais que as conformam.

Considera que, para entender a sua interpretação de como a manifestação dos interesses se articula com a sua institucionalização, a sociedade pode ser vista como um conjunto de andaimes com três níveis: o dos *interesses* dos vários grupos sociais dentro de um quadro material onde ganham forma e de uma ordem social que estabelece privilégios para a sua concretização no interior do sistema; o dos *direitos* expressos em pretensões éticas e codificados em leis; o dos *códigos técnicos*. Coloca assim a *relação da ética com a técnica* não só nos

planos discursivo e da acção como no próprio plano dos artefactos.

E porque hoje em dia assistimos a uma mediação técnica generalizada, a tecnologia estende-se para além da área da produção até todos os aspectos da vida social nas sociedades capitalistas, estendendo-se com ela estruturas sociais hierarquizadas e centralizadas, dando uma nova e mais ampla dimensão às questões da política técnica. Um dos traços das sociedades modernas é o controle estratégico exercido sobre ela por gestores e administradores do Estado que, recorrendo àquilo que Feenberg designa *autonomia operacional*, tomam decisões nas organizações independentemente dos interesses dos seus subordinados e das comunidades onde se inserem. De notar que para Feenberg o ponto de vista estratégico, da gestão, privilegia as considerações de controle e eficiência e perspectiva o olhar sobre o mundo em termos de apropriações, no momento da designada *instrumentalização primária*. O ponto de vista de tático, dos utilizadores finais, é muito mais rico porque procede de um mundo-da-vida da sociedade actual em que os dispositivos formam um ambiente quase total e onde diferentes grupos de utilizadores desenvolvem diversificadas práticas tecnológicas. Considera que o poder está apenas tangencialmente em questão na maioria das interações, situadas em enclaves da vida em sociedade; embora as resistências sejam temporárias e de âmbito limitado, à medida que o uso da tecnologia se massifica, podem pesar no futuro desenho e configuração do sistema e dos seus produtos. A essa margem de manobra que o actor/utilizador possui, funcionando com dimensões do objecto negadas na instrumentalização primária, denomina *instrumentalização secundária* [37, p. 176]. Que situa no âmbito da dialéctica da tecnologia: o sistema mais vasto em que as tecnologias são empregues não é absolutamente conformado pela racionalização e pela norma de eficiência, características das relações capitalistas, mas tem uma outra face: a das *potencialidades* para uma *autonomia táctica* e suas concretizações.

Na minha leitura aproximo este conceito de *potencialidade* da tecnologia do de *propiciação* (affordance) que anteriormente utilizei e é recorrente na sociologia da Internet, nomeadamente em Barry Wellman [40]. A capacidade heurística deste conceito é relevante se se tiver em conta não só a pretensão de estudar um terreno ainda pouco explorado cientificamente como a possibilidade da sua integração em sistemas de conceitos e abordagens não deterministas aos processos de mudança tecnológica.

Esta teoria da tecnologia parece-me particularmente promissora no que toca à sua aplicabilidade no contexto das bibliotecas públicas e isto por diversas ordens de razões: sendo estas bibliotecas parte do serviço público, permite atender ao seu papel social e político em inserção neste contexto histórico e social dado. Permite também ter em conta não só as políticas bibliotecárias implícitas ou explícitas para a leitura pública através da Internet, considerando aqui o termo leitura pública como abrangendo os vários usos da Net já referidos. Finalmente esta reflexão com origem desde a sociologia até à filosofia pode proporcionar um quadro de referência

central na investigação em bibliotecas, ao aclarar a análise das apropriações específicas pelos responsáveis dos serviços de um lado e as dos utilizadores por outro. Com esta proposta de aplicação tentativa reafirmo assim a necessidade de se ter uma visão panorâmica e integrada das várias práticas que têm lugar nas bibliotecas, como uma base profícua de conhecimento e interpretação, para ler as bibliotecas e os seus leitores e leitoras nas suas várias instâncias e facetas. Mas também a necessidade de alimentar uma visão que nos prepare para gerir a leitura de uma outra forma: já não com base na dicotomia livro/leitor, ou objecto/sujeito. Mas sim no processo interactivo da leitura caracterizado por momentos vários em que leitoras e leitores se envolvem cognitiva, relacional, afectivamente com os objectos das suas leituras e os dispositivos que as medeiam, com os outros que habitam e conformam os mesmos espaços sociais de leitura. Uma abordagem que permite analisar grupos de pessoas agindo num contexto enquadrado por normas e regras, nomeadamente as de ética pessoal e profissional, no qual intervêm activamente como indivíduos dotados de autonomia e características pessoais interagindo com a tecnologia de forma diversa. Abordagem também particularmente útil, creio, para estudar os usos adolescentes da Internet que antecipo como intensivo, frequente e não necessariamente dirigido às finalidades programáticas tradicionais ou normatizadas das bibliotecas. E finalmente por ser uma abordagem que orienta para a intervenção social e política na escala do nosso contexto profissional.

E da tecnologia passemos a *espaços* concretos de aplicação e uso.

ESPAÇO DAS BIBLIOTECAS COMO TERRENO AMPLIADO PELA INTERNET

O espaço das bibliotecas é conformado socialmente pelas vivências de quem os habita, ou seja leitores e profissionais, assim como pelos responsáveis da tutela que o providenciam. Espaço recentemente *ampliado* para o domínio extra-muros da Internet.

E partindo daquilo que é o seu terreno sólido, o espaço físico, tradicional, esperar-se-ia que o novo espaço líquido anexado pudesse ser apropriado de forma semelhante pelos profissionais. No que se requereria: que sejam elas e eles próprios dotados de sensibilidade e literacia informacional [41; 42; 43] não só no sentido dum uso próprio [44], como no do ordenamento desse espaço a explorar e ocupar pelos leitores [45; 46; 47] com os mesmos cuidados dados ao espaço físico. Ordenar, sinalizar, seleccionar e propor como o fazem para conteúdos físicos, promover proactivamente o seu uso através dum conhecimento especializado [48]. E ainda com consciência das suas potencialidades específicas [49; 50; 41; 51; 52; 53]. No que alguns profissionais desenvolveram propostas concretas para adolescentes que me parece ser útil ter em conta [54; 55; 56].

Referi em ponto anterior alguns dos receios correntemente associados a esta ampliação e correspondente perda de controle sobre as opções de cada uma e cada um, como referi a valorização atribuída por utilizadores à diversificação de conteúdos e à transposição dos limites geográficos. Mas também surgem incertezas sobre

serviços idênticos prestados por outras entidades que poderão tanto competir com os prestados tradicionalmente pelas bibliotecas como complementá-los reconfigurando o seu espaço.

Passando a palavra aos próprios utilizadores auscultados no estudo de d'Elia et. al., comparada com a Internet «a biblioteca mantém a sua vantagem em aspectos como a exactidão da informação, privacidade, e um lugar onde ir com as crianças». Entendem também que «vai manter o seu lugar mas tem de integrar o que está acontecer agora. Tem de se envolver na formação, educação e orientação» e chamam a atenção para o seu «papel em tomar providências para os desprovidos digitais». Conclusões que, como atrás se viu, se aproximam das que salientei no caso da Feira.

Para alguns autores trata-se dum terreno de intervenção à espera de ser activamente apropriado, e não apenas passivamente anexado, assim como mediado nas explorações e usos de leitura. Mediação que passa pela eliminação das barreiras de acesso, na criação de competências, na promoção da leitura nesse e para esse novo meio. Tirando partido daquele que é já o capital de proximidade, apreço e confiança que as bibliotecas detêm e que é sublinhado, desta perspectiva. É o caso de Svanhild Aabø [52] que destaca o seu impacto social sobre indivíduos e sobre a sociedade e a sua importância no reforço das comunidades e na diminuição da barreira digital. Ragnar Audunson [57] chama a atenção para a biblioteca ser um espaço de encontro multicultural num contexto digital, cumprindo um papel social rele-vante ao prover à necessidade contemporânea em espaços de «baixa-intensividade» relacional e em que se é exposto aos valores e interesses de outros, reforçando a tolerância e a comunidade.

Outros questionam-se sobre a adequação das bibliotecas para tal papel e apontam alternativas. Kevin Harris [58] discorre sobre os lugares terceiros, conceito desenvolvido por Oldenburg que os definiu como lugares, nem casa nem trabalho, de interacção social que ajudam a passar o dia, com alguns frequentadores habituais e outros ocasionais, possibilitando a interacção sem a requerer obrigatoriamente; caso de cafés, cabeleireiros, bares. Harris caracteriza as bibliotecas como sítios *locais*, mas conclui que a sua característica essencial não é essa conexão local mas o serem *públicas*; questionando se será possível criar um terceiro lugar que vá de encontro às necessidades locais numa interpretação de público como 'público local'. Sendo as bibliotecas importantes porque «providenciam as hiperligações ao mundo mais vasto, estando ao mesmo tempo ali no mundo local». Deixa a pergunta: num momento em que o domínio público oscila e a representatividade democrática é alvo de preocupação, se sentem esse objectivo como um justo e valorado e se vão contribuir para ele. No mesmo conceito de lugares terceiros, socialmente neutros, se baseia Karen Lawson [59] para afirmar a sua aplicabilidade nas bibliotecas públicas. Recorrendo também a Oldenburg, já Sonia Liff, Fred Steward e Peter Watts [60] referem, a propósito da questão da divisória digital, as acentuadas diferenças analisadas,

tanto para os Estado Unidos como para a União Europeia, associadas a rendimento, género, etnicidade, localização urbana/rural e idade; e concluem: «em geral os nossos resultados contestam a natureza polarizada de muitos dos debates correntes sobre a importância da Internet para a inclusão social e mostram uma muito maior interdependência do real e do virtual do que se pensa comumente existir». Reconhecem o potencial de uma série de sítios institucionais (da Administração, bibliotecas, universidades) para providenciar acesso à Internet, mas consideram que novas instituições sociais como os *e-gateways* estão mais bem colocadas para criar redes comunitárias inovadoras com objectivos democráticos e comunitários [60, p. 82]; precisamente pela convicção de que estes espaços, ao invés dos outros, oferecem terreno socialmente neutro.

Note-se que investigação sociológica recente aponta para o facto de os locais para passar os tempos livres, incluindo os ligados ao consumo, não serem abertos a todos nem socialmente neutros, mas de comportarem as marcas do social, do simbólico e do tempo histórico que as suporta e envolve [61, p. 197-203; 62].

Liangzhi Yu, Lorcan Dempsey e Sarah Ormes [63] referindo-se às relações entre estas redes e as bibliotecas dão particular relevo à falta de investigação empírica sobre como estarão a actuar em contextos caracterizados por economias de mercado e de desigual acesso a equipamentos e à literacia. Referem experiências de interacção e mesmo cooperação entre aquelas e bibliotecas do Reino Unido, encontrando áreas de sobreposição que podem levar a novas divisões de trabalho nas segundas, por exemplo no fornecimento de documentos. Concluem ser necessário estudar e crescer com as experiências destas redes para poder fazer recomendações.

Entendo também não poder este espaço ser caracterizado sem ter em conta a sua dimensão de espaço de serviço público, no que se articula com a provisão e fruição desse serviço [64; 65; 66; 67; 68] e o aspecto, frequentemente omitido, mas não menor, da gratuitidade [24].

Concluo com uma nota sobre a dificuldade em delimitar o conceito de espaço no contexto das bibliotecas, o que se reflecte a montante na aplicação de termos diversos na literatura para o exprimir, o que é corroborado na revisão de Karen E. Fisher; Carol F. Landry e Charles Naumer [69]; e a jusante nos processos de pesquisa de difícil sistematização.

Dos espaços bibliotecários *aos adolescentes leitores da Internet* na biblioteca

LEITORAS E LEITORES ADOLESCENTES DA INTERNET NAS BIBLIOTECAS

Começando simbolicamente pela porta: quem pode (reúne as condições para) entrar? Quem entra realmente? Sabendo que o acesso universal está garantido legalmente, que as barreiras sociais e simbólicas existem para além da dimensão fina do papel legal, que textura podemos nós como profissionais comprometidos urdir, que espessura e consistência conseguiremos atingir

actualizando e concretizando um direito em permanente equacionamento [70]?

A primeira condição generalizável de acesso que ocorre é naturalmente a capacidade de ler, sendo a iliteracia uma faceta, ou dimensão, que se adiciona a outras de carácter económico, social ou cultural na criação de barreiras no acesso [71]. Como grupo etário os adolescentes são pouco atingidos pela iliteracia, ainda pesada no nosso país para os mais velhos, apresentando contudo alguns problemas de insucesso e abandono escolar. Poderemos confiar que quando entram na biblioteca dispõem já das competências informacionais para explorar fácil e profundamente a Internet? A conclusão a que cheguei no estudo realizado na Feira, como referi, indicou o contrário. Sabemos que literacia informática (caso exista) e informacional só parcialmente se equivalem [72]. Por redobradas razões esta formação impõe-se que seja feita na própria biblioteca. O que é um objectivo primeiro para as bibliotecas em alguns países. E que o estudo desenvolvido nos Estados Unidos por George d'Elia et. al. [73] mostrou ser um serviço não só valorizado como reclamado pela população que usava simultaneamente a Internet e as bibliotecas.

No caso concreto dos adolescentes, como se passam as coisas? E que os faz querer passar esse umbral? O que os motiva ou atrai? O que podem esperar encontrar?

Uma primeira nota para o facto de, como grupo, serem olhados por vezes com reserva ou complacência; alguns comportamentos diferentes dos dos adultos despoletam o receio da quebra de normas numa leitura em espaços tradicionalmente sem ruído, sem demasiada movimentação ou agitação [74; 75]. Sendo a adolescência uma fase da vida em que a ocupação de tempos livres tem peso considerável no desenvolvimento pessoal e social, formando-se e consolidando-se hábitos, disposições e valores vários que podem prosseguir pela vida adulta, carece, entendo, de particular atenção. O que fará todo o sentido dos pontos de vista político, social e de gestão pela prossecução das actividades de promoção dirigidas à infância, já muito frequentes.

Para além das competências de leitura, é muitas vezes tido como provável ou certo que a carga simbólica da biblioteca pública, associada a práticas de cultura cultivada, seja um obstáculo a um uso generalizado, realmente universal [76; 4]. E ainda pelos efeitos numa leitura associada a experiências escolares desagradáveis.

Para este tópico gostaria de chamar ainda a atenção, e mais uma vez selectivamente, para alguns contributos: de acordo com Eduardo de Freitas, José Luís Casanova e Nuno de Almeida Alves [77] entre os leitores portugueses, não analfabetos e de 15 ou mais anos, predominavam as representações da leitura associada ao agrado (52%), e à aprendizagem (50%), seguindo-se as representações associadas a utilidade (39%), comunicação (34%), e necessidade (28%). Ou seja as representações de leitura como prazer e como conhecimento e assumem conjuntamente um grande peso.

Apresentará a *leitura mediada pela Internet em bibliotecas públicas* os mesmos cambiantes de representação, é a questão a que voltarei de seguida.

Para além da necessidade em actualizar a informação proporcionada por aquele estudo, parece-me de salientar a necessidade dum conhecimento fundamentado pelas ciências sociais sobre quem são os leitores *nas* bibliotecas públicas, e o seu sector adolescente em particular, nomeadamente através de informação estatística que também aqui continua a falhar.

Entretanto continuaremos a ter um bom referencial na informação publicada em estudos de caso sobre bibliotecas, como os produzidos no âmbito do Observatório para as Actividades Culturais e que João Ventura cita e analisa [78, cap.º 10]. Referencial que proporciona um melhor conhecimento de leitoras e leitores tanto do ponto de vista de género, como de origem social e da vivência escolar [79, p. 23-37]. Mas que também questiona visões deterministas sobre a influência, nas práticas reais de leitura em bibliotecas, da origem ou situação de classe, dos hábitos de leitura da família de origem, ou do género [80]. Que possibilita a compreensão do papel dos actores sociais que são os bibliotecários e outros técnicos envolvidos no serviço público de leitura, já que, como aí se demonstra, em situações em que o seu papel foi comprometidamente positivo se puderam sinalizar mudanças e resultados igualmente positivos.

Recentrando este tópico em torno daquela que é aqui a minha questão, quantos, quem são, como são, o que fazem os leitores adolescentes? Como podemos contribuir para os atrair, que serviços fornecer que sejam motivadores de frequência e apreço?

As conclusões de Paulo Ferreira, Ricardo Mendes e Inês Pereira [9] e as de Ana Mocuixe Moura [8] podem aclarar algumas questões, dado terem como foco os leitores mais jovens das bibliotecas de Leiria e Oeiras, respectivamente, e a sua relação com as novas tecnologias. Em Leiria encontrou-se um público muito jovem que encara os meios não-livro como mais atraentes e mais fáceis de usar, com o multimédia representado maioritariamente como vantajoso pela simultaneidade do texto, imagem e som; embora não recolhendo preferência comparado com o impresso: 86.6% manifestou reservas ou objecções aos novos meios para os mesmos conteúdos, concluindo-se pela complementariedade de suportes e pelo não afastamento do impresso. Em Oeiras (80% das respostas reportam aos de 25 anos ou menos) as representações da leitura faziam-se na associação a prazer e distração (86.5%), instrumentalidade (68.7%), obrigação (12.7%,) e aborrecimento (1.6%). Quanto aos motivos dessa leitura distribuíam-se por: aumentar a cultura geral (63.6%); gosto (62.4%); provas escolares/profissionais (55.2%); aumentar conhecimentos específicos (40%); diversão/distração (23.6%); evasão (10%).

No dizer de João Teixeira Lopes e Lina Antunes [81, p. 45] as bibliotecas da rede pública «podem ser [...], enquanto equipamento de proximidade, uma alternativa

à desterritorialização e descontextualização das práticas culturais juvenis – em suma, defendemos a plena assumpção, por parte destas entidades, da sua qualidade antropológica de ‘lugar’, identitário, histórico, relacional, universo imaginário de pessoas que, na sua diversidade, ‘reconhecem pertencer ao mesmo mundo’ [...].»

COMENTÁRIOS FINAIS

As tendências actuais detectadas noutros países de crescente familiaridade dos adolescentes com a Internet, da evolução dos seus conteúdos proporcionando usos menos instrumentais e mais aproximados às várias facetas das vidas quotidianas, levam a pensar num potencial de expansão destes usos tanto quantitativa como qualitativamente. As tendências crescentes para o Acesso Aberto e para a divulgação de conteúdos científicos reforçarão, espera-se, o próprio uso escolar/profissional já intensivo neste momento.

Determinante será o nosso compromisso na promoção da literacia informacional e no afastamento da visão da Internet como meio menor do ponto de vista cultural, das aprendizagens, do lazer e da sociabilidade, e que tenha em conta as preferências conhecidas para outros suportes.

O espaços das suas aplicações bibliotecárias deverão tirar o máximo partido das propiciações de sociabilidade que marcam a utilização da Internet noutros contextos e que marcam também os espaços físicos das bibliotecas públicas que se tornaram já casos exemplares de boas-práticas. Como determinante poderá ser um ambiente de provisão criteriosa de máquinas e programas, de formação e apoio, um ambiente de liberdade intelectual e acolhimento à diversidade social e cultural, de aprendizagem, de cruzamentos e encontros, prazer e bem-estar.

Encararmos a Internet como mais uma tecnologia a ser livremente apropriada por leitoras e leitores, com propiciações próprias a conhecer e explorar profundamente, é uma nova incursão nos terrenos da especialização, conscientização e da ética profissional à qual teremos de corresponder para que quem, ao *dar uma vista de olhos* e *consultar* as bibliotecas, as leia como atraentes, úteis, agradáveis, de acordo com as dimensões várias das suas identidades e dos seus quotidianos.

BIBLIOGRAFIA

1. HAYES, Emma; MORRIS, Anne - Leisure role of public libraries: user views. **Journal of Librarianship and Information Science**. vol. 37, no. 3 (2005), p. 131-139.
2. LOVELL, George - The leisure services in context. **Library Review**. no. Spring (1984), p. 14-21.
3. SNAPE, Robert - **Leisure and rise of the public library**. London: Facet, 1995. ISBN 1-85604-131-X.
4. HARRIS, Kevin - **Open to interpretation: community perceptions of the social benefits of public libraries**. London: Community Development

- Foundation, 1998. British Library Research and Innovation Centre Report, 88.
5. HAYES, Emma; MORRIS, Anne - Leisure role of public libraries: a historical perspective. **Journal of Librarianship and Information Science**. vol. 37, no. 2 (2005), p. 75-81.
 6. SEQUEIROS, Paula - **Pasando el tiempo en la Net: apropiaciones juveniles de la Red en el espacio de una biblioteca pública**. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2004. Tese de Máster en Sociedad de la Información y del Conocimiento. Também disponível em: <http://www.cibersociedad.net/congres2004/grups/fitxacom_publica2.php?idioma>.
 7. CHAZAUD-TISSOT, Anne-Sophie - Usages d'Internet à la Bibliothèque Publique d'Information. **Bulletin des Bibliothèques de France** [em-linha], vol. 42, no. 3 (1997). [Consult. 2005-12-23]. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/>>.
 8. MOURA, Ana Mocuixe - **Práticas de leitura, jovens e novas tecnologias: a Biblioteca Municipal de Oeiras**. Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 2001. ISBN 972-8436-21-1.
 9. FERREIRA, Paulo; MENDES, Ricardo; PEREIRA, Inês - **Jovens, leitura e novas tecnologias de informação: a biblioteca Afonso Lopes Vieira**. Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 2001. ISBN 972-8488-20-3.
 10. MESCH, Gustavo S.; TALMUD, Ilan. - **The nature of computer-mediated social networks among Israeli youth** [em-linha]. Haifa: University of Haifa, ca. 2003. [Consult. 2005-04-08]. Disponível em: <http://hevra.haifa.ac.il/~soc/events/cn/abstracts/mesch_talmud_4.htm>.
 11. MESCH, Gustavo S.; TALMUD, Ilan. - **Online friendship formation, communication channels, and social closeness** [em-linha]. Haifa: Department of Sociology and Anthropology, University of Haifa, ca. 2004. [Consult. 2005-04-08]. Disponível em: <<http://soc.haifa.ac.il/~gustavo/Online%20Friendship%20Formation,%20Communication%20Channels,%20and%20Social%20Closeness.pdf>>.
 12. MESCH, Gustavo S - Social relationships and Internet use among adolescents in Israel. **Social Science Quarterly**. vol. 82, no. 2 (2001), p. 329-340.
 13. WOLAK, Janis; MITCHELL, KIMBERLY J.; FINKELHOR, David - Close online relationships in a national sample of adolescents. **Adolescence**. vol. 37, no. 147 (2002), p. 441-455.
 14. WOLAK, Janis; MITCHELL, KIMBERLY J.; FINKELHOR, David - Escaping or connecting? Characteristics of youth who form close online relationships. **Journal of Adolescence**. no. 26 (2003), p. 105-119.
 15. VICTORICA REYES, Guadalupe, et al. - Existe relación significativa entre el grado de exposición a Internet y las actitudes a socializar con amigos entre los adolescentes? In: **VII Congreso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación**. Monterrey, [consult. 2005-03-22], 2004. Também disponível em: <[http://www.sociedaddeinformacionycibercultura.org.mx/congreso/AMIC04PonenciaCompletaG\[1\].Victorica.doc](http://www.sociedaddeinformacionycibercultura.org.mx/congreso/AMIC04PonenciaCompletaG[1].Victorica.doc)>.
 16. LENHART, Amanda; RAINIE, Lee; LEWIS, Oliver - **Teenage life online: the rise of the instant-message generation and the Internet's impact on friendships and family relationships** [em-linha]. Washington: Pew Internet & American Life Project, ca. 2001. [Consult. 2005-03-25]. Disponível em: <http://www.pewinternet.org/pdfs/PIP_Teens_Report.pdf>.
 17. GERSHUNY, Jonathan - Web use and Net nerds: a neofunctionalist analysis of the impact of information technology in the home. **Social Forces**. vol. 82, no. 1 (2003), p. 141-168.
 18. CASTELLS, Manuel, et al. - Conclusión: cambio tecnológico, inercia histórica y transformación social [em linha]. In: UOC. **La sociedad red en Catalunya: Informe de investigación I**. Barcelona, [consult. 2005-03-22], 2002. p. 419-433. Também disponível em: <http://www.uoc.edu/in3/pic/esp/pdf/pic1_7.pdf>.
 19. GRIFFITHS, M. D. - Friendship and social development in children and adolescents: the impact of electronic technology. **Educational and Child psychology**. vol. 14, no. 3 (1997), p. 25-37.
 20. NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria - Quem disse que é proibido ter prazer online? Identificando o positivo no quadro de mudanças atual. **Psicologia: Ciência e Profissão**. vol. 22, no. 2 (2002), p. 12-21.
 21. NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria - Internet: a negatividade do discurso da mídia versus a positividade da experiência pessoal. À qual dar crédito? **Psicologia: Ciência e Profissão**. vol. 22, no. 2 (2002), p. 12-21.
 22. CURRY, Ann - **What are public library customers viewing on the Internet? an analysis of Burnaby transaction logs** [em-linha]. Burnaby: Burnaby Public Library, 2000. [Consult. 2005-03-22]. Disponível em: <<http://www.bpl.burnaby.bc.ca/weblog.htm>>.
 23. BOUGHEY, Alan - Implementing the «New Library: The People's Network» and the management of change. **Aslib Proceedings**. vol. 52, no. 4 (2000), p. 143-149.
 24. HARDY, Gary; Johanson, GRAEME - Characteristics and choices of public access Internet users in Victorian public libraries. **Online Information Review**. vol. 27, no. 5 (2003), p. 344-

25. IFLA; FAIFE - **The IFLA Internet Manifesto** [em-linha]. The Hague: IFLA, 2002. [Consult. 2002-11-24]. Disponível em: <<http://www.ifla.org/III/misc/im-e.htm#3>>.
26. BOURDIEU, Pierre - **La distinction: critique sociale du jugement de goût**. Paris: Les Éd. de Minuit, 1979. ISBN 2-7073-0275-9.
27. COOKE, Louise - Do we want a perfectly filtered world? **Library Student Journal** [em-linha], no. November (2006). [Consult. 2006-03-12]. Disponível em: <http://informatics.buffalo.edu/org/ljsj/articles/cooke_2006_11_do.php>.
28. WILLSON, Jonathan; OULTON, Tony - Controlling access to the Internet in UK public libraries. **OCLC Systems & Services**. vol. 16, no. 4 (2000), p. 194-201.
29. EATON, Gale, et al. - Use of the Internet by youth-serving librarians in Rhode Island. **Journal of Youth Services in Libraries**. no. 14 (2001), p. 52-58.
30. TRUSHINA, Irina - Freedom of access: ethical dilemmas for Internet librarians. **The electronic library**. vol. 22, no. 5 (2004), p. 416-421.
31. STURGES, Paul - **Public Internet access in libraries and information services**. London: Facet, 2002. ISBN 1-85604-425-4.
32. COOKE, Louise - Controlling the Net: European approaches to content and access regulation. **Journal of Information Science**. no. in-print (2006), p. 25. Também disponível em: <<https://magpie.lboro.ac.uk:8443/dspace/>>.
33. EUROPEAN UNION. COUNCIL OF EUROPE. COMMITTEE OF MINISTERS - **Declaration on freedom of communication on the Internet** [em-linha]. City: Council of Europe, 2003 [consult. 2007-01-19]. Disponível em: <<http://www.coe.int/>>.
34. BASTIAN, Jeannette Allis. Filtering the Internet in American public libraries: sliding down the slippery slope. **First Monday** [em-linha], vol. 2, no. 10 (1997). [Consult. 2004-12-14]. Disponível em: <http://www.firstmonday.org/issues/issue2_10/bastian/index.html>.
35. MINOW, Mary - Lawfully surfing the Net: disabling public library Internet filters to avoid more lawsuits in the United States. **First Monday** [em-linha], vol. 9, no. 4 (2004). [Consult. 2004-07-08]. Disponível em: <http://firstmonday.org/issues/issue9_4/minow/index.html>.
36. LANDOW, George P. - **Hypertext 3.0: Critical Theory and new media in an era of globalization**. 3rd. ed. Baltimore: Johns Hopkins University, 2006.
37. FEENBERG, Andrew - **Transforming technology: a Critical Theory revisited**. Oxford: Oxford University Press, 2002. ISBN 0195146158.
38. BIJKER, Wiebe E., ed.; HUGHES, Thomas P., ed.; PINCH, Trevor F., ed. - **The social construction of technological systems**. Cambridge, MA: MIT Press, 1989. ISBN 0-262-52137-7.
39. CERTEAU, Michel de - **L'invention du quotidien: acts de faire**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1980. ISBN 2-264-00267-0.
40. WELLMAN, Barry, et al. - The social affordances of the Internet for networked individualism. **Journal of Computer Mediated Communication** [em-linha], vol. 8, no. 3 (2003). [Consult. 2003-07-03]. Disponível em: <<http://www.ascusc.org/jcmc/vol8/issue3/wellman.html>>.
41. SPACEY, Rachel; GOULDING, Anne; MURRAY, Ian - The power of influence: what affects public library staff's attitudes to the Internet? **Library Management**. vol. 25, no. 6-7 (2004), p. 270-276.
42. RADER, Hannelore B. - Library instruction and information literacy. **Reference services review**. vol. 28, no. 4 (2000), p. 378-399.
43. JOHNSON, Anna Marie; RADER, Hannelore B., introd. - Library instruction and information literacy - 2001. **Reference services review**. vol. 30, no. 4 p. 359-389.
44. KENT, Susan - The public library director in the dot world. **New Library World**. vol. 103, no. 1/2 (2002), p. 48-54.
45. HEDON, Guy - L'évolution des utilisateurs d'Internet en bibliothèque: la bibliothèque de Grand'Place à Grenoble. **Bulletin des Bibliothèques de France** [em-linha], vol. 44, no. 5 (1997). Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/>>.
46. GARCÍA GÓMEZ, Francisco Javier - La formación de usuarios en la biblioteca pública virtual: recursos y procedimientos en las bibliotecas públicas españolas. **Anales de Documentación**. no. 7 (2004), p. 97-122.
47. BROPHY, Peter - **The evaluation of public library online services: measuring impact** [em-linha]. [London]: re:source the Council of Museums, Archives and Libraries, 2002. [Consult. 2006-08-09]. Disponível em: <http://www.mla.gov.uk/resources/assets/P/pn_impact_issue_paper_pdf_4218.pdf>.
48. NUNES, Manuela Barreto - La Biblioteca Pública en el espacio virtual. **Pez de Plata: Bibliotecas** [em-linha], vol. 1, no. 2 (2004). [Consult. 2005-10-20]. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00004062/>>.
49. VIEIRA, João Luciano Rodrigues Mota - Velhas questões, novas tecnologias: as bibliotecas públicas face à sociedade da informação. **Cadernos BAD**.

- no. 2 (2003), p. 68-77.
50. HILDEBRAND, Ian - Service please! Rethinking public library Web Sites. **Library Review**. vol. 52, no. 6 (2003), p. 268-277.
51. OCLC - **User-contributed content pilot** [em-linha]. Dublin, OH: OCLC, 2005. [Consult. 2005-10-14]. Disponível em: <<http://www.oclc.org/worldcat/open/usercontent/>>.
52. AABØ, Svanhild - The role and value of public libraries in the age of digital technologies. **Journal of Librarianship & Information Science**. vol. 37, no. 4 (2005), p. 205-211.
53. GOULDING, Anne; SPACEY, Rachel - Facilitating access to the Internet: the role of UK public library staff. In: **X International Conference: Professional Information on the Internet**. Kraków: Jagiellonian University, 2004. Também disponível em: <<http://bilon.miks.uj.edu.pl/konfer/pi/pdf/goulding.pdf>>.
54. JONES, Patrick - A cyber-room of their own. **School Library Journal**. vol. 43, no. 11 (1997), p. 34-37.
55. JONES, Patrick - A page of our own. **School Library Journal**. vol. 42, no. 11 (1996), p. 48-49.
56. THOMAS, Chuck; MCDONALD, Robert H. - Millennial Net value(s): disconnects between libraries and the information age mindset. In: **Free culture and the digital library symposium**. Atlanta 2005, p.: MetaScholar Initiative at Emory University, p. 93-105. Também disponível em: <<http://dscholarship.lib.fsu.edu/general/4>>.
57. AUDUNSON, Ragnar - The public library as a meeting-place in a multicultural and digital context: the necessity of low-intensive meeting-places. **Journal of Documentation**. vol. 61, no. 3 (2005), p. 429-441.
58. HARRIS, Kevin - Your third place or mine? Public libraries and local communities. **Public library journal**. vol. 18, no. 2 (2003), p. 26-29.
59. LAWSON, Karen - Libraries in the USA as traditional and virtual «third places». **New Library World**. vol. 105, no. 1198/1199 (2004), p. 125-130.
60. LIFF, Sonia; STEWARD, Fred; WATTS, Peter - New public places for Internet access: networks for practice-based learning and social inclusion. In: WOOLGAR, Steve, ed. **Virtual Society? Technology, cyberbole, reality**. Oxford: Oxford University Press, 2002. ISBN 0199248761. p. 78-99.
61. ESTANQUE, Elísio; MENDES, José Manuel - **Classes e desigualdades sociais em Portugal: um estudo comparativo**. Porto: Afrontamento, 1998. ISBN 972-36-0440-X.
62. AITCHISON, Cara Carmichael - **Gender and leisure: social and cultural perspectives**. London: Routledge, 2003. ISBN 0-415-26156-2.
63. YU, Liangzhi; DEMPSEY, Lorcan; Ormes, Sarah - Community networking development, potentials and implications for public libraries. **Journal of Librarianship and Information Science**. vol. 31, no. 2 (1999), p. 71 - 83.
64. KERSLAKE, Evelyn; KINNEL, Margaret - Public libraries, public interest, and the information society: theoretical issues in the social impact of public libraries. **Journal of Librarianship and Information Science**. vol. 30, no. 3 (1998), p. 159-167.
65. KLEIN, Naomi - Why Being a Librarian is a Radical Choice. **Dissident Voice** [em-linha], no. July 15 (2003). [Consult. 2005-01-08]. Disponível em: <http://www.dissidentvoice.org/Articles/Klein_Librarian.htm>.
66. SCROGHAM, Ron E. - The American public library and its fragile future. **New Library World**. vol. 107, no. 1220/1221 (2006), p. 7-15.
67. LEVY, David M. - Digital libraries and the problem of purpose. **Bulletin of The American Society for Information Science** [em-linha], vol. 26, no. 6 (2000). Disponível em: <<http://www.asis.org/Bulletin/Aug-00/levy.html>>.
68. LOPES, João Teixeira - **A cidade e a cultura: um estudo sobre práticas culturais**. Porto: Afrontamento, 2000. ISBN 972-36-0529-5.
69. FISHER, Karen E.; LANDRY, Carol F.; NAUMER, Charles - Social spaces, casual interactions, meaningful exchanges: 'information ground' characteristics based on the college student experience. **Information Research** [em-linha], vol. 12, no. 2. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/12-1/paper291.html>>.
70. SEQUEIROS, Paula - El derecho a la información en la perspectiva de los Derechos Humanos y su concretización en las bibliotecas. In: **1er. Foro Social Información Documentación y Bibliotecas, Buenos Aires, 26-28 de Agosto 2004 - Ponencias y Documentos**. Buenos Aires: Universidad Argentina John F. Kennedy, 2004.
71. SEQUEIROS, Paula - Para quem abrimos as nossas portas: leitura pública e exclusão social. **Sociologia**. vol. 15, (2005), p. 399-409.
72. BAWDEN, David - Information and digital literacies: a review of concepts. **Journal of Documentation**. vol. 57, no. 2 (2001), p. 218-259. Também disponível em: <<http://dlist.sir.arizona.edu/895/>>.
73. D'ELIA, George, et al. - The impact of the Internet on public library use: an analysis of the current consumer market for library and Internet services.

Journal of the American Society for Information Science and Technology. vol. 53, no. 10 (2002), p. 802-820.

74. JONES, Patrick - Young and restless in the library. **American Libraries.** vol. 26, no. 10 (1995), p. 1038-1040.
75. PORS, Niels Ole - Misbehaviour in the public library: Internet use, filters and difficult people. **New Library World.** vol. 102, no. 168 (2001), p. 309-313.
76. PATEMAN, John - Public libraries and social class. In: Muddiman, Dave, ed. **Open to All? the Public Library and Social Exclusion.** London: Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries, 2000. p. 26-42.
77. FREITAS, Eduardo de; CASANOVA, José Luís; ALVES, Nuno de Almeida - **Hábitos de leitura: um inquérito à população portuguesa.** Lisboa: Dom Quixote, 1997. ISBN 972-20-0964-8.
78. VENTURA, João J. B. - **Bibliotecas e esfera pública.** Oeiras: Celta, 2002. ISBN 972-774-138-X.
79. LOPES, João Teixeira; ANTUNES, Lina - **Sobre a leitura: vol. V. Bibliotecas e hábitos de leitura: instituições e agentes - relatório síntese.** Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas; Observatório das Actividades Culturais, 2000.
80. LOPES, João Teixeira; ANTUNES, Lina - Bibliotecas e leitores: alguns resultados que nos interpelam. **OBS** [em-linha], no. 5 (1999). Disponível em: <www.oac.pt/>.
81. LOPES, João Teixeira - Leitura e comunicação digital: o papel das bibliotecas públicas. **OBS: Observatório das Actividades Culturais.** vol. 10, no. Dezembro (2001), p. 40-45.